

Políticas públicas para o desenvolvimento da Economia Solidária no Nordeste brasileiro

Vitoria Maria Serafim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

Recebido: 26/07/2016 Versão revisada (entregue): 13/06/2017 Aprovado: 11/08/2017

Resumo

Diante do caráter socioeconômico do associativismo e cooperativismo, inúmeras políticas públicas são desenvolvidas para promovê-las com o intuito de combater a pobreza e a exclusão social. No município de Ibicuitinga, Ceará, encontra-se a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, constituída por 46 membros, contemplada por políticas públicas para incentivar e desenvolver o associativismo da aquicultura. Este trabalho buscou verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do citado município na percepção dos beneficiados. Para tanto utilizou-se uma metodologia qualitativa, baseada em entrevista semiestruturada, cujos dados foram tratados através de análise de conteúdo. Como resultados, concluiu-se que as políticas públicas de incentivo ao associativismo (seguridade social, habitação e acesso ao crédito) são eficazes no alcance de seus objetivos, enquanto as políticas públicas que visam contribuir para o desenvolvimento (educação, capacitação) precisam ser revistas, uma vez que não têm obtido êxito no cumprimento de seus propósitos.

Palavras-chave | Aquicultura; associativismo; Ceará; cooperativismo; economia solidária; políticas públicas.

Código JEL | I38; Q22; R58.

PUBLIC POLICIES FOR THE DEVELOPMENT OF THE SOLIDARITY ECONOMY IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Abstract

Faced with the socioeconomic character of associativism and cooperativism, numerous public policies are developed to promote them with the aim of combating poverty and social exclusion. In the municipality of Ibicuitinga, Ceará, there is the Ibicuitinga's Aquaculture Association, constituted by 46 members, contemplated by public policies to encourage and develop aquaculture associativism. This work sought to verify the effectiveness of public policies aimed at encouraging and developing aquaculture associativism of the mentioned municipality in the perception of the beneficiaries. For this purpose a qualitative methodology was used, based on semi-structured interview, whose data were treated through content analysis. As a result, it was

concluded that public policies to encourage associativism (social security, housing and access to credit) are effective in achieving their objectives, while public policies aimed at contributing to development (education, training) need to be reviewed, since they have not been successful in fulfilling their purposes.

Keywords | Aquaculture; associativism; Ceará; cooperativism; public policy; solidarity economy.

JEL-Code | I38; Q22; R58.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA EN UNA CIUDAD DEL NORESTE BRASILEÑO

Resumen

Ante las características socioeconómicas del asociativismo y el cooperativismo, muchas de las políticas públicas son desarrolladas para promoverlas, con el objetivo de combatir la pobreza y la exclusión social. En la ciudad de Ibicuitinga - Ceará, está la *Associação de Aquicultores de Ibicuitinga*, constituida por 46 miembros, y contemplada por políticas públicas para estimular las asociaciones en la acuicultura. Este trabajo se propuso verificar la eficacia de las políticas públicas para la promoción y el desarrollo de la asociación de acuicultura de dicho municipio, por medio de la percepción de los beneficiarios. Para esto se utilizó una metodología cualitativa, basada en entrevistas semiestructuradas, cuyos datos fueron analizados con la técnica de análisis de contenido. Como resultados, se concluyó que las políticas públicas que incentivan la asociación (Seguridad Social, viviendas y acceso a líneas de crédito) son eficaces en el alcance de sus objetivos, mientras que las políticas públicas que contribuyen al desarrollo (educación o entrenamiento de sus miembros) tienen que ser revisadas, una vez que no han obtenido éxito en el cumplimiento de sus fines.

Palabras-clave | Acuicultura; asociaciones; cooperativa; economía solidaria; políticas públicas.

Código JEL | I38; Q22; R58.

Introdução

A economia solidária é definida por Singer (2008, p. 289) como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos entre os trabalhadores, igualdade de posse dos meios de produção e pela prevalência da democracia. Geralmente, aparece atrelada à transformação social, principalmente no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico local, gerando emprego e renda. A essa alternativa de organização econômica associam-se políticas públicas que visam o desenvolvimento da economia local para enfrentar problemas sociais como, por exemplo, o desemprego e a concentração de renda.

Nesse contexto, entende-se políticas públicas por um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado para atender a uma demanda social. Mais especificamente falando, as Políticas Públicas para a Economia Solidária – PPES representam uma nova modalidade de política pública de geração de trabalho e

renda, que acenam para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 15).

Uma das características predominantes na economia solidária é o trabalho coletivo, que muitas vezes transborda na presença de associações ou cooperativas, dentre outras modalidades. Amaral (2013, p. 3) considera que “o associativismo constitui-se em alternativas necessárias que viabilizem as atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”.

No município de Ibicuitinga, situado no sertão central cearense, pode-se encontrar a participação de associações e cooperativas no fomento à economia local. Dentre os aglomerados sociais promotores da economia solidária local, cita-se, nesse estudo, a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, cujo objetivo é gerar trabalho e renda, impulsionando, assim, o desenvolvimento socioeconômico local.

Diante do caráter social e econômico do associativismo, inúmeras políticas públicas são desenvolvidas com intuito de incentivar a criação e promover o desenvolvimento desta modalidade econômica. Entretanto, questiona-se: as políticas públicas de incentivo e de desenvolvimento ao associativismo da aquicultura ibicuitinguense têm conseguido atingir seus objetivos?

Desta forma, o presente trabalho pretende verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do município de Ibicuitinga, Ceará, na percepção dos beneficiários, com o intuito de fortalecer o debate acerca destes modelos de programas que incentivam ou dão subsídios ao desenvolvimento da economia solidária local, bem como estimular o surgimento de novas políticas públicas que contemplem as necessidades idiossincráticas de uma dada realidade territorial.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: seção introdutória que trata do surgimento da economia solidária no Brasil e no mundo, seguido de uma seção dedicada à explanação dos objetivos específicos das políticas públicas que contemplam a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga. Posteriormente, encontra-se a descrição do tratamento metodológico empregado nesta pesquisa, bem como a análise e discussão dos resultados, finalizando com as conclusões do trabalho.

Economia Solidária

A definição encontrada para o termo “economia solidária” ainda é bastante divergente entre os autores. Etimologicamente falando, tal expressão é derivada das palavras gregas *Óikos*, que significa casa ou bens, e *Nomos*, que significa norma ou regime, referindo-se o termo economia à gestão da casa, em seguida a palavra

de origem latina *Solidum*, que deu origem ao termo *solidariedade*. Pauli (2005, p. 28) explica que a expressão na “acepção romana significava a responsabilidade de cada um com o grupo social”.

Existem ainda críticas ao emprego dessa expressão. Vainer (2000) considera um paradoxo, uma vez que os termos utilizados são completamente antagônicos, como *economia*, que pressupõe um ambiente de competitividade acirrada, e *solidariedade*, que conta com a colaboração dos atores envolvidos. Observe-se que o termo *solidariedade*, nesse sentido, não está relacionado à caridade, mas representa a reciprocidade exigida entre os envolvidos.

Para tanto, a definição dada por Singer (2008, p. 289) é clara: o autor trata a *economia solidária* como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos entre os trabalhadores, igualdade de posse dos meios de produção e pela prevalência da democracia. O mesmo autor aponta ainda que a principal característica de tal modalidade econômica é a igualdade. Laville (2001, p. 85) a compreende como um “conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos”.

Desta forma, percebe-se que o engajamento, o trabalho coletivo e a reciprocidade – ou, em resumo, a cooperação entre os envolvidos – são elementos cruciais para o êxito das organizações instituídas sobre o regime de *economia solidária*. Entretanto, tal conclusão não se revela uma novidade, uma vez que a cooperação mútua entre comunidades esteve presente desde o início da humanidade, como uma estratégia para resistir às adversidades e intempéries da natureza.

O surgimento da Economia Solidária

Apesar das comunidades se organizarem de forma cooperativa desde os primórdios da humanidade, foi somente a partir do século XIX, com o estopim da Revolução Industrial, quando a economia despertou para uma competitividade atroz, que datam as primeiras aparições de organizações com a estrutura de *economia solidária*. Esse movimento deu-se como forma de reação à ferocidade da economia do Oitocento.

Aponta Singer (2002) que “a *economia solidária* foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramentas e do motor a vapor, no início do século XIX”. Laville (2001, p. 63) descreve tal período, mencionando que “dinâmicas associacionistas emergiram nas democracias modernas, fazendo apelo a um conceito amplo e polissêmico de *solidariedade* que engloba *filantropia* e *ajuda mútua*”.

Nesse período, destacaram-se líderes e pensadores considerados utópicos, como Proudhon, Fourier, Saint Simon, Robert Owen, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Marx e Engels que disseminavam a ideia de práticas cooperativas como alternativas à regulação econômica, baseadas em princípios socialistas de igualdade e solidariedade e de autogestão.

O surgimento da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, de acordo com a Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES), os dados históricos indicam que os primeiros empreendimentos sobre a estrutura de economia solidária iniciaram-se na década de 1980, com o surgimento de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos congêneres. Entretanto, o movimento ganhou força e intensificou-se a partir da década de 1990. “Ao longo da década de 1990 e início da primeira década do novo milênio surge o movimento de economia solidária no Brasil, a partir do movimento social e sindical, como resposta ao crescimento do desemprego estrutural” (FAVARIN, 2011, p. 1).

Nesse período, destacaram-se importantes atores que contribuíram para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, a exemplo da Igreja Católica, sindicatos de diversos setores, movimentos populares rurais e urbanos, dentre outros. No entanto, para Singer e Souza (2000) apud Cunha (2002, p. 70), os principais atores foram os próprios cooperados:

Mas o que fez a economia solidária crescer no Brasil foram principalmente experiências construídas na prática através da luta cotidiana dos próprios sujeitos coletivos, que, com apoio destes agentes externos, resgatam de forma recriada a dimensão social e política das formas solidárias de economia, ao se organizarem em grupos de produção associada, cooperativas populares, organizações coletivas em assentamentos rurais, empresas geridas por trabalhadores e outras formas associativas e autogestionárias.

Favarin (2011, p. 2) menciona que a pulverização de experiências de economia solidária, na década de 1990, pressionou o Estado brasileiro a agir em favor da economia solidária devido à grande demanda social. “Como havia já iniciativas em alguns governos estaduais e municipais no sentido de apoiar a economia solidária, reforçou-se ainda mais a luta social pela implantação desta política pública” (FAVARIN, 2011, p. 2).

Outro importante avanço da economia solidária no Brasil, que já vinha em constante êxito desde a década de 1990, foi a criação da Secretaria Nacional de

Economia Solidária – SENAES, em 2003, tal secretaria está subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego e vem cumprindo seu papel de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Desde então, através da SENAES, tanto a economia solidária como políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária vêm sendo debatidas no intuito de “garantir a sustentabilidade e articulação dos empreendimentos em economia solidária, em todo o Brasil, além de articular informações de fundos solidários, acesso a crédito e política de comercialização etc.” (FAVARIN, 2011, p. 12).

Políticas públicas de incentivo e de desenvolvimento da aquicultura no município de Ibicuitinga/CE e seus objetivos

Um levantamento feito junto a membros da Associação de Aquicultores de Ibicuitinga permitiu elencar as ações governamentais atuais em prol da aquicultura no Município, sendo elas políticas públicas nas áreas de acesso ao crédito, de Seguridade Social e de habitação, e políticas públicas de desenvolvimento do associativismo, ou, especificamente: a) Políticas Públicas de Acesso ao Crédito: Financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; b) Políticas Públicas para a Educação: Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA; Programa Pescando Letras; c) Políticas Públicas de Seguridade Social: Seguro Desemprego – Pescador (Seguro Defeso); Previdência Social; e d) Políticas Públicas de Habitação: Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Financiamentos – PRONAF

De acordo Silva Filho (2010), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF “é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família” (SILVA FILHO, 2010).

Na visão do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES (2017), o objetivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF consiste em dar:

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2017).

Programa de Educação para Jovens e Adultos – PEJA

O Governo Municipal ibicuitingense desenvolve, junto às escolas municipais de ensino fundamental, o Programa de Educação para Jovens e Adultos – PEJA, cujo objetivo é propiciar a educação às pessoas que não puderam concluir seus estudos na idade própria, recebendo jovens a partir dos quinze anos de idade, proporcionando-lhes acesso à cidadania e à inclusão social ao despertar do seu interesse pela elevação da escolaridade.

Essa ação governamental conta com o apoio do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, programa que vem sendo realizado pelo Ministério da Educação – MEC, desde 2003, dando suporte aos municípios na alfabetização de jovens e adultos:

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal. [...] Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida (MEC, 2003).

Pescando Letras

O Programa Pescando Letras é uma iniciativa da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca – SEAP, que está em execução desde 2005, e vem abrangendo todo o território nacional. Seu início deu-se após reivindicações e reconhecimento dos obstáculos encontrados no setor pesqueiro, tais como: falta de infraestrutura, ausência de uma legislação atualizada e eficiente, as próprias condições de vida dos pescadores, o nível de organização do setor, além do analfabetismo. Daí a necessidade de se desenvolver um programa, cujo objetivo é:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sócio-político dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos (SEAP, 2007).

O diferencial deste programa para qualquer outro de educação para adultos, além da exclusividade para pescadores e aquicultores, está na sua metodologia, que considera a experiência sociocultural dos envolvidos a base pedagógica para a execução do projeto. Ademais, a “realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização” (cf. SEAP).

Seguro Desemprego-Pescador (Seguro Defeso)

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Seguro Desemprego/Pescador, popularmente conhecido como Seguro Defeso, consiste em “[...] assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso” (MTE, 2014).

Desde de 1 de abril de 2015 entrou em vigor a Medida Provisória N° 665, de 30/12/2014, a qual transfere a operacionalização do benefício do Ministério do Trabalho para a Previdência Social. Entretanto, à medida que continua mantendo o benefício em favor dos pescadores, impõe alguns requisitos.

Para receber o benefício, que consiste em parcelas no valor de um salário mínimo vigente por quantos forem os meses de duração do defeso, conforme período predeterminado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de acordo com a MP N 665, Art. 2°, o beneficiário deve, dentre outras atribuições:

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de programa de transferência de renda com condicionalidades ou de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente.

§ 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao INSS os seguintes documentos:

I - Registro como Pescador Profissional, categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira -

RGP, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, com antecedência mínima de três anos, contados da data do requerimento do benefício;

II - Cópia do documento fiscal de venda do pescado a empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que conste, além do registro da operação realizada, o valor da respectiva contribuição previdenciária, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou comprovante do recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção a pessoa física.

Previdência social

A Previdência Social tem incluído o pescador artesanal e seus assemelhados na sua rede de amparo, tratando-os como segurados especiais, garantindo-lhes o direito a benefícios como: Auxílio-Doença; Aposentadoria por Invalidez; Auxílio-Acidente; Aposentadoria por Idade; Salário-Maternidade; e Aposentadoria por Tempo de Contribuição, modalidade que exige que o segurado especial contribua facultativamente para a previdência social. Quanto aos serviços oferecidos pela Previdência Social aos aquicultores, segundo Santos (2009), encontram-se: serviço social, perícia médica e reabilitação profissional.

Ainda de acordo com o Santos (2009), até mesmo os dependentes dos aquicultores, como esposa(o), companheira(o), filhos menores de vinte e um anos ou inválidos, os pais, bem como o irmão menor de dezoito anos ou inválido podem ser amparados pela Previdência Social, podendo perceber os benefícios: pensão por morte e auxílio-reclusão, além de usufruir de serviço social, perícia médica e reabilitação profissional.

Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, promovido pelo Ministério das Cidades, e é voltado para moradores da área rural, abrangendo, desta forma, os agricultores, pecuaristas, apicultores, aquicultores e produtores rurais em geral. Seu objetivo, segundo o Ministério das Cidades, é produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e agrovilas, ou reformar as existentes.

O programa exige que os beneficiários em potencial estejam organizados por Entidades Organizadoras de caráter público ou privado, como, por exemplo, prefeituras, governos estaduais e do Distrito Federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver sindicatos e entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas, associações, dentre outras modalidades (PNHR, 2011).

Metodologia

Para execução dos objetivos da pesquisa ora exposta, tratou-se de utilizar uma abordagem de natureza qualitativa, na modalidade exploratória, e, como procedimentos metodológicos, a pesquisa constou de duas etapas distintas, a saber: entrevista qualitativa na modalidade padronizada aberta, cujo roteiro mantinha uma ordem, no entanto, permanecia aberto a possíveis implementações; em seguida, a extração dos dados se deu através de análise de conteúdo.

Participaram das entrevistas 15 membros integrantes (32% da população) de uma modalidade de economia solidária, no período de abril a maio de 2016: a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga. Tal associação foi fundada em 2007 por um grupo de pescadores locais, dos quais alguns permanecem associados até a presente data e os demais integrantes aderiram ao grupo ao longo dos anos, chegando à composição atual de 46 membros.

Quanto ao perfil dos entrevistados, todos são do gênero masculino; têm entre 39 e 57 anos, iniciaram suas atividades pesqueiras informalmente em tenra idade, sendo a maioria a partir dos 12 anos de idade; e passaram a exercer formalmente a profissão de aquicultor com o acesso à Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, a qual a maioria dos entrevistados está associada desde 2007.

O ambiente onde foi realizada a pesquisa, Ibicuitinga/CE, é caracterizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2012) como um município de 11.481 habitantes, localizado no sertão central cearense, tendo 71,81% de população residente na zona rural e 28,19% em área urbana. O município, que a princípio era distrito da cidade de Morada Nova, obteve a emancipação política no ano de 1988, pela Lei de Criação Nº 11.436/1988, e tem como principais atividades econômicas a agropecuária e o comércio de bens e serviços (IPECE, 2012).

Vale ressaltar que em conformidade ao objetivo de pesquisa de se verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do município de Ibicuitinga/CE, na percepção dos beneficiários, serão considerados os objetivos das políticas públicas ora expostas no capítulo anterior.

Das técnicas abordadas, pode-se dizer que, quanto à entrevista semiestruturada, normalmente está associada a uma maior liberdade de resposta e a sua flexibilidade permite ao investigador redirecionar as questões ou aprofundar assuntos em função das respostas que o entrevistado vai dando e visa à obtenção de respostas completas, detalhadas e em profundidade (SANTOS, 2008).

Os discursos gerados a partir da entrevista foram analisados através da técnica de análise de conteúdo na modalidade qualitativa, que trata, segundo Laville e Dionne (1999, p. 214), “[...] em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para

esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Para tanto, os referidos autores apontam três passos: i) recorte dos conteúdos; ii) definição de categorias analíticas; e iii) categorização final das unidades de análise. Orientam, ainda, que a categorização das unidades pode se dar na modalidade fechada, em que “o pesquisador decide a priori categorias, apoiando-se em um ponto de vista teórico que se propõe o mais frequentemente submeter a prova da realidade” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219).

Diante do exposto, o estudo utilizou a análise de conteúdo, de acordo as etapas propostas por Laville e Dionne (1999, p. 219), e seguiu na modalidade fechada, sendo as categorias preestabelecidas: renda familiar, seguro defeso, previdência social, benefício PRONAF, habitação, educação (EJA), pescando letras e treinamento, capacitação e assessoria técnica. É importante ressaltar que, sobre alguns tópicos propostos pelo roteiro de perguntas, alguns participantes não quiseram ou não souberam se pronunciar; desta forma, foram agrupados nas supracitadas categorias apenas o que foi extraído do discurso obtido.

Análise dos resultados e discussão

Quando questionados se a renda familiar provinha da aquicultura, os entrevistados, com unanimidade, responderam que vivem da pesca, que alguns ainda contam com programas de apoio do Governo Federal, como o Bolsa Família, por exemplo, ou com a ajuda de familiares, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Quadro 1 Renda familiar

Categoria	Unidades
Renda familiar	“A maior parte é da pesca, mas não dá para viver só da pesca não”.
	“Só da pesca”.
	“Por enquanto só da pesca”.
	“É só da pesca”.
	“Só da pesca e com Bolsa Família”.
	“Só da pesca”.
	“Só da pesca e com ajuda dos trabalhos da mulher”.
	“Só pescando”.
	“Só pescando, eu e os meninos”.
	“É da pesca mesmo”.
	“É só pesca”.
	“Da pesca e tem as ajudas do governo”.
	“Só da pesca, é o que eu sei fazer né?!”.
	“É da pesca”.
	“Só da pesca”.

Fonte: Elaboração própria.

Políticas públicas de incentivo ao associativismo

Outras unidades foram agrupadas em categorias de acordo com as tipologias de políticas públicas atuantes na presente realidade da Associação de Aquicultores de Ibicuitinga. No que se refere às políticas públicas de incentivo ao associativismo, destacam-se as de seguridade social, representadas pelo Seguro Defeso e Previdência Social; políticas públicas de acesso ao crédito, como o financiamento proporcionado pelo PRONAF; e as políticas públicas de habitação, desenvolvidas por meio do PNHR.

(a) Políticas públicas de seguridade social

Dada à fala dos entrevistados, pode-se notar que o Seguro Defeso se apresenta como “carro chefe” dentre as políticas públicas que incentivam o associativismo da aquicultura no Município de Ibicuitinga, sendo, inclusive, decisivo quanto à

permanência de alguns membros na associação. Ocorre que até a data da entrevista os aquicultores ainda não haviam recebido seus proventos referentes ao período de defeso do ano corrente, devido a problemas de ordem burocrática. Tal fato deixou-os desmotivados e fazendo-os repensar sobre sua permanência no grupo. Conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 Seguro Defeso

Categoria	Unidades
Seguro Defeso	“Só pesco nove meses no ano [...] Quando a gente não pode pescar o governo paga três meses para gente, mas esse ano ainda não deu certo [...] a gente não pode trabalhar e a gente vive disso, né?! Então como que a gente passa sem esse dinheiro?”.
	“Só pesco quando é permitido, tem que esperar a piracema do peixe acabar [...] Para trás eu recebi o benefício, mas esse ano não deu certo ainda, já tô é com medo de não receber mais”.
	“Pesco de maio a dezembro [...] Esse ano não fomos beneficiados não, fomos ano passado, mas esse ano não. [...] A vantagem é só essa mesmo, nós só tem esses três salários que a gente recebe por ano”.
	“Durante três meses no ano a gente não pesca não, que é no período da desova do peixe. Aí é pra gente receber três salários, mas nesse ano a gente não recebeu ainda não, mas nos outros anos já [...]”.
	“Só não pesco na piracema do peixe, porque não pode [...] A gente recebia três salários no ano, mas nem isso vem mais. Vinha até direitinho, mas esse ano deu problema [...] era vantagem que eu via”.
	“Eu pesco durante o verão todinho, quando chega em janeiro, eu paro. Na piracema do peixe a gente não pode mais pescar [...] esse ano não recebi. Mas para trás eu já recebi. Serve é muito para gente, porque a gente fica parado, não pode pescar, mas pelo menos tem esse dinheiro garantido, né?!”
	“Eu pesco de maio para frente, até dezembro. Em janeiro já não pode [...] aí eu recebo três salários no ano, mas esse ano nós não recebemos ainda não. Se recebesse bem certinho era bom demais. Esse ano nem os três salários que a gente recebe não deu certo. Se continuar assim eu não vou ficar não”.
	“De maio em diante a gente pode pescar, até dezembro [...] Já “fumo” beneficiado, mas esse ano é que deu problema [...] é bom porque a tanto a gente faz o que a lei manda como ajuda a gente, né?!”
	“Tem que esperar a piracema do peixe [...] esse ano ainda “tamo” esperando o dinheiro sair [...] Se saísse direito era bom, porque a gente

	não pode trabalhar, mas tem o dinheiro do mês, mas sem esse dinheiro não dá ficar”.
	“Eu pesco até dezembro, aí paro e só volto a pescar depois da piracema do peixe [...] eu recebo três salários no ano, mas esse ano ninguém da associação recebeu ainda [...] Se continuar com esse problema não vale a pena eu ficar na associação não”.
	“Recebi o benefício até ano passado, tava com três “ano” que a gente recebia direito, agora deu um problema aí e tá atrasado [...] Era a vantagem que nós “tinha”, era esse benefício”.
	“Já recebi antes, mas agora não deu certo [...] Antes o governo pagava para gente não pescar, por causa da piracema e agora a gente não pode pescar, nem eles pagam a gente e a gente vai viver de que?! Eu já pensei foi em desistir”.
	“Três meses no ano eu não pesco [...] Dessa vez não recebi nada, nem eu nem ninguém, ‘tão’ tentando ajeitar para ver se a gente recebe, mas eu penso que não dá mais certo não [...] Eu já tava pensando em sair, com esse problema agora então”.

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, nota-se a relevância do Seguro Defeso no incentivo ao associativismo da aquicultura, bem como sua importância para a preservação do período de defeso, além do que, excetuando-se o período atual, o programa vinha cumprindo com seu papel original de “dar assistência financeira temporária ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que tiver suas atividades paralisadas no período de defeso” (MTE, 2014).

Ainda no âmbito das políticas públicas para a Seguridade Social, a Previdência Social recebe destaque ao desenvolver seu papel através do enquadramento do pescador artesanal e seus assemelhados na categoria de segurado especial, garantindo-lhes os direitos de auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, a qual exige que o segurado especial contribua facultativamente para a Previdência Social, dentre outros serviços. Esses benefícios são percebidos pelos associados e apresentam-se como fatores que induzem ao associativismo, conforme constata-se nas unidades extraídas de suas falas, a seguir.

Quadro 3 Previdência Social

Categoria	Unidades
Previdência Social	“Sim, já paguei a GPS esse ano, não deixo passar não. Nunca precisei não, mas ninguém sabe, se um dia eu adoecer ou outra coisa eu já ‘tô’ prevenido”.
	“Eu pago diretamente ‘pro’ INSS, todo ano. É bom porque a gente tem todos os direitos, é uma segurança para nós”.
	“Aqui cada qual paga o seu e fica segurado, na hora que precisar tem todos os direitos, na hora de uma aposentadoria também fica mais fácil”.
	“A gente precisa para tudo, para poder se aposentar, para receber os benefícios, tem que tá segurado”.
	“Eu ‘tô’ segurado sim [...] Eu ‘tô’ pensando que vou precisar do INSS agora, porque eu tenho um problema de saúde, só aí já valeu a pena”.

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que a visão dos associados sobre a Previdência Social está associada à garantia de uma aposentadoria futura ou de segurança financeira, no caso de um eventual problema de saúde. A importância dada pelos entrevistados à previdência social também se deve ao fato de ela estar atrelada ao seguro defeso.

(b) Políticas públicas de acesso ao crédito

As políticas de acesso ao crédito, por sua vez, também desempenharam um importante papel no incentivo ao associativismo. O financiamento oferecido através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que teve muitos adeptos na associação, proporcionou melhorias na qualidade de vida dos associados, conforme se pode ver em suas falas.

Quadro 4 Financiamento – PRONAF

Categoria	Unidades
Benefício PRONAF (Financiamento)	“Já fiz [financiamento]. Acho que melhorou a vida das pessoas sim. Para quem sabe aplicar, gera renda. Eu mesmo comprei uns instrumentos para melhorar meu trabalho, uns ‘galão’, tarrafa”.
	“Nunca quis”.
	“Já fiz. Está melhorando, as pessoas fazem empréstimo mais fácil quando precisa”.
	“Acho que melhora a situação financeira de muita gente. Acho que quem fez o empréstimo fez bom uso dele”.
	“Já fiz, mas já faz muito tempo, tá com não sei quantos anos. Na época que eu fiz o empréstimo, me ajudou porque eu pude comprar umas coisinhas, sabe?!”
	“Nunca fiz não”.
	“Agora dá para se virar melhor”.
	“Comprei um congelador com o dinheiro do empréstimo”.
	“Melhora sim, com dinheiro a gente pode se movimentar mais”.
	“Não fiz ainda não”.
	“Dá para investir bem, sabendo usar o dinheiro”.
	“Ajuda, ajuda muito e toda ajuda é bem vinda, né?!”
	“Dá para comprar canoa, Prosdócimo [refrigerador], barraca. Mas tem que saber usar”.
	“Muita gente que fez, melhorou para quem fez”.
	“Não. Não quis fazer não.”

Fonte: Elaboração própria

As melhorias na qualidade de vida dos aquicultores, por meio do financiamento do PRONAF, representam não só mais uma modalidade de incentivo ao associativismo, mas também a consecução dos objetivos reais do plano, que seria, segundo a Circular SUP/AOI N° 16/2017-BNDES do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, o de:

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos

específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2017).

Ao se estabelecer um confronto entre a realidade da associação e os objetivos do programa, percebe-se que tais objetivos se cumpriram à medida em que o recurso financiado foi utilizado para a aquisição de produtos que alavancassem ou modernizassem a produção pesqueira, e que repercutem, consequentemente, na elevação da renda familiar.

(c) Políticas públicas de habitação rural

Para a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, as políticas públicas para a habitação rural ainda são promessas, consistindo em projetos, e na esperança de serem contemplados pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Tal programa é uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida e tem por objetivo produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e em agrovilas, ou reformar as existentes, além de exigir que os beneficiários em potencial estejam organizados por Entidades Organizadoras de caráter públicos ou privado, a exemplo, prefeituras, sindicatos, cooperativas, associações, dentre outras modalidades (PNHR, 2011).

Mesmo que não esteja em execução, esse programa gera grande expectativa de melhorias na qualidade de vida dos associados, contribuindo assim para mantê-los na associação, bem como, estimular a inserção de novos membros. Assim, entende-se que esse programa, ainda que em fase de prospecção, incentiva a permanência dos membros na associação e atrai novos associados. De acordo com o que se expõe:

Quadro 5 Habitação

Categoria	Unidades
Habitação	“Sim, tem umas promessas aí, de umas casas, né?! Se vier é bom, para quem não tem casa ainda. Era uma boa para os pescadores, porque muitos deles não têm onde morar”.
	“Nós ‘tamo’ esperando 50 casas, que o governo vai dar. O nosso encarregado disse que falta o chão, a gente já foi na prefeitura para ver se eles davam o chão, mas não deram não. Eu esperava que eles doassem pelo menos o chão. Se eles ajeitassem essas casas, era bom, ‘né’?! Porque a gente paga aluguel”.
	“Depois que nós ‘entremo’ para associação, a gente teve direito a tudo, agora mesmo vai vir umas barracas para gente levar para os açudes, um congelador. Vai vir também casa para os pescadores que não tem casa, tudo isso nós ‘tamo’ esperando”.
	“Já foi feito um projeto para vir casa para nós, aí ‘tamo’ correndo atrás disso pra ver se dá certo, porque a gente precisa, que nem eu tem um monte de pescador, que não tem casa, que vive de aluguel”.

Fonte: Elaboração própria.

Políticas públicas para o desenvolvimento do associativismo

No que se refere às políticas públicas de desenvolvimento do associativismo, destacam-se as políticas para a educação e capacitação técnica, representadas pelos programas de educação para adultos como o Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA, ofertado pelo próprio município, e o Programa Pescando Letras, além das capacitações técnicas oferecidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE.

(a) Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA

O Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA, cujo objetivo é promover educação aos jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade própria, é oferecido pelas escolas públicas de ensino fundamental do município. No entanto, o programa não obteve muitas adesões, e a baixa frequência de alunos tem sido um obstáculo ao seu êxito.

Quadro 6 Educação – EJA

Categoria	Unidades
Educação (EJA)	“Eu já fui, mas eu desisti [...] porque tinha dia que ia só eu e a professora, aí eu pensei: ‘num’ vai ninguém, eu também ‘nun’ vou mais não”.
	“Eu comecei, aprendi até a assinar meu nome, mas depois eu não quis mais ir não [...] eu parei”.
	“Eu ia na escola perto lá de casa, mas num instante acabou [...] porque não tinha aluno”.
	“A professora fazia de tudo pra ver se os alunos ‘ia’ para aula... fazia sorteio de coisa, merenda e ia visitar nas ‘casa’, mas não tinha quem quisesse ir não, eu ainda fui uns ‘tempo’, mas desisti também, vi que ninguém ‘tava’ indo”.
	“Eu dei meu nome para ir pra essas ‘aula’, mas eu fui pouco tempo.”

Fonte: Elaboração própria.

(b) Pescando Letras

Enquanto isso, o Programa Pescando Letras, que apesar de não estar em execução, vem gerando expectativa entre os aquicultores. O programa, que é exclusivamente dedicado aos pescadores profissionais e aquicultores familiares, tem por objetivo, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, atender à necessidade urgente de alfabetização de pescadores profissionais, aquicultores familiares, jovens e adultos, e tem o diferencial de se adequar à rotina dos pescadores, de acordo com a temporada e condições de pesca de cada comunidade. Ao que parece, de acordo com a fala dos entrevistados, esse programa será mais bem-sucedido que o anterior, tanto pelo fato de ser exclusivo para a comunidade aquícola, como pelo receio de que a baixa frequência às aulas possa prejudicar o recebimento do seguro defeso. Como se observa:

Quadro 7 Pescando Letras

Categoria	Unidades
Pescando Letras	“Para estudar?! Já fui lá dar meu nome. Para o projeto que tá para vir para os pescadores. Esse eu vou participar”.
	“Já. Já dei meu nome, mas até agora não apareceu nada. Quando vier, aí eu tenho que estudar, porque se não souber ler não sai dinheiro no próximo ano não”.
	“Nós ‘tem’ um projeto para vir agora, mas não chegou ainda não. Dificuldade de papelada. Nós ‘tem’ que fazer, é quase que obrigatório”.
	“[...] tô esperando, estão ajeitando um curso aí para vir para nós”.
	“Nesse (projeto) que vai vir ‘pros’ pescadores, eu vou.”
	“Tem um projeto que tá para vir, nesse eu vou participar, vai todo mundo”.
	“Eu ‘tô’ esperando um projeto que vai vir pros pescadores, pra eu começar a estudar”.

Fonte: Elaboração própria.

(c) Treinamentos, capacitações e assessorias técnicas

No que diz respeito às capacitações técnicas, treinamentos e assessoria técnica, que, segundo os próprios entrevistados, são escassamente ofertados pelo SEBRAE, os aquicultores se posicionam de forma a reivindicar por uma maior assistência nesse sentido. Como se pode notar em suas falas.

Quadro 8 Treinamento, capacitação e assessoria técnica

Categoria	Unidades
Treinamento, capacitação e assessoria	“Curso, capacitação, essas coisas já ‘foi’ dada... Mas foi no começo, depois ‘num’ veio mais”.
	“Eu já fiz, um curso que teve no começo. [...] Se viesse mais era bom”.
	“Quando a gente tem um problema, nós mesmo se ‘ajunta’ e resolve qualquer coisa, junto com o presidente e o vice-presidente, nós ‘num’ tem ajuda de ninguém não. A gente precisa, mas nós ‘num’ tem esse padrinho não”.
	“Eles [SEBRAE] precisam dar apoio para gente, principalmente na criação do peixe, que a gente precisa de apoio e eles não chegam junto”.

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que tal modalidade de economia solidária tem se apresentado como uma grande aliada na luta contra o desemprego e a exclusão social. Além de tudo, mantém vivo o associativismo da aquicultura no município, bem como, torna-se um atrativo para novos ingressantes no ramo. Após terem acesso a uma das modalidades de economia solidária, os aquicultores perceberam inúmeras melhorias na qualidade de suas vidas. Atualmente, exercem formalmente uma profissão e estão amparados por todos os direitos dela decorrentes. Outros benefícios também foram somados, como o acesso ao crédito e à educação, dentre outros serviços aos quais apenas tiveram conhecimento ou acesso após unirem-se e organizarem-se na forma de associação.

Entretanto, isso também é uma questão a se repensar, porque de um lado as políticas públicas estimulam o associativismo da aquicultura, mas por outro lado, expõe a fragilidade e a dependência que esta modalidade de economia solidária tem em relação às políticas públicas, ou seja, muito provavelmente a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga não seria capaz de caminhar com as próprias pernas sem o auxílio de ações governamentais, como as mencionadas anteriormente.

Diante da fala dos aquicultores entrevistados, pode-se observar, no que diz respeito à Previdência Social, que esta é vista como benefício conquistado, uma vez que antes de ingressar na associação não estavam segurados, além de ser uma forma de garantir uma aposentadoria futura sem embaraços e como fonte promotora de segurança financeira em caso de convalescença. Quanto ao PNHR que, apesar de ainda estar em fase de prospecção, também é responsável por manter viva a chama do associativismo da aquicultura, uma vez que gera grande expectativa por parte dos associados em adquirir a tão sonhada casa própria,

motivando-os a continuar na profissão e na condição de associados. Assim como os programas anteriores, o financiamento proporcionado através do PRONAF também tem surtido um efeito positivo na vida dos aquicultores, já que tem os auxiliado na compra de instrumentos para a melhoria das condições de trabalho e de produção do pescado.

Desta forma podemos concluir que as políticas públicas de incentivo ao associativismo da aquicultura no Município de Ibicuitinga são consideradas eficazes na consecução de seus objetivos, haja vista que: 1) sem as políticas públicas para a seguridade social (Seguro Defeso e Previdência Social), provavelmente a adesão ao associativismo seria vertiginosamente menor; 2) as políticas públicas de habitação (Programa Nacional de Habitação Rural – PNRH) mantem e atrai associados na esperança de conseguirem a casa própria; 3) as políticas públicas de acesso ao crédito (Financiamento - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) têm permitido aos aquicultores alavancarem a sua produção e, conseqüentemente, suas rendas, por meio da implementação de instrumentos adquiridos com o recurso proveniente de tal financiamento.

Ainda sobre as políticas públicas que contemplam os associados e proporcionam o desenvolvimento do associativismo estão as políticas de educação, compostas pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA oferecido pela rede municipal de educação pública (que, apesar do investimento feito, não tem obtido êxito, devido à falta de alunos, muitos dos quais inclusive fazem matrícula, frequentam no início, mas permanecem pouco tempo no curso), e o Programa Pescando Letras que, assim como o PNRH, está em fase de implantação. Apesar disso, os entrevistados demonstram um interesse promissor em frequentar as aulas. No entanto, tal programa restringe-se à comunidade aquícola, deixando descoberta parcela restante da população que necessita de educação especial, assim, percebe-se a relevância da existência do programa municipal de ensino para adultos e para o desenvolvimento local, mesmo que seja concomitante ao Pescando Letras.

Os programas de capacitação técnica, treinamentos e assessoria técnica estão entre as reivindicações mais frequentes dos aquicultores, que afirmam não receber atualmente nenhum apoio técnico, além de mencionarem que receberam instruções apenas no início da associação e que necessitam indispensavelmente de tais serviços. Esse fato constitui-se um gargalo, pois os associados são carentes desta ação nas esferas municipal, estadual e federal.

Considerações finais

Conclui-se que as políticas de incentivo ao associativismo estão obtendo êxito. Entretanto, o mesmo não acontece com as políticas públicas que deveriam

promover o desenvolvimento do associativismo da aquicultura ibicuitinguense, uma vez que não atingiram a consecução dos seus objetivos. O Programa Pescando Letras, por exemplo, gera uma grande expectativa de sucesso, no entanto, ainda não foi implantado.

Ainda com base nos resultados encontrados, pode-se perceber que, no estágio em que se encontra a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, a essência do associativismo, conforme proposta na eclosão da economia solidária após a Revolução Industrial, ainda não foi encontrada, pois o associativismo ainda não é encarado como uma estratégia de mercado que venha a estimular concorrência e ser uma maneira de superar as dificuldades do ramo através do trabalho coletivo, do uso compartilhado de instrumentos de trabalho e da perseguição de um objetivo comum a todos os membros. O associativismo não se resume a uma mera fonte de benefícios governamentais, mas trata-se de uma chave promotora de desenvolvimento socioeconômico movida principalmente por aqueles que a constituem.

Portanto, sugere-se que os associados insistam no debate junto aos gestores públicos e representantes populares acerca de políticas públicas para a aquicultura, para a economia solidária, para o trabalhador rural, uma vez que, de fato, muitas melhorias já aconteceram, mas, ainda assim, muitas reivindicações precisam ser atendidas, reafirmando a importância do Estado na estimulação e participação para o desenvolvimento da economia solidária. Ressalta-se também a urgência para que o associativismo da aquicultura ibicuitinguense desperte para seu papel de promotor de desenvolvimento socioeconômico local e busque pela sua autossuficiência.

Observe-se, também, que a pesquisa foi realizada com aquicultores de uma única associação, e isso sugere que estudos futuros possam vir a contribuir para a investigação acerca da atuação das políticas públicas para a economia solidária da aquicultura em outras realidades, bem como, averiguar a necessidade de novas políticas públicas para essa categoria.

Referências

AMARAL, Inácia Girlene. **Associativismo e cooperativismo**. Rio Grande do Norte: UFERSA, 2013.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 655 de 30 de Dezembro de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv665.htm> Acesso em: 18 jan. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Economia Solidária**. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817> Acesso em: 11 jun. 2014.

BRASIL. Secretaria das Cidades. **Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858:programa-nacional-de-habitacao-rural-pnhr&catid=94&Itemid=126> Acesso em: 11 jul. 2014.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm> Acesso em: 10 jun. 2014.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Circular sup/aoi nº 16/2017-BNDES**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/93d5ef06-d9c8-4609-ac76-9dfed2bcb3ac/17Cir16+PRONAF+Investimento+Ano+Agr%C3%ADcola+2017-2018.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m8xu831>> Acesso em: 03 mai. 2018.

CEARÁ. **Perfil Básico Municipal – Ibicuitinga – 2012**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2012.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do Programa Incubadora de Cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. Universidade de São Paulo, 2002.

FAVARIN, Roque Ademir. **A construção de políticas públicas de economia solidária: estado e sociedade civil devem se completar?** Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2011.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado** [online], v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

NATIVIDADE, E. A; PEREIRA, J. B; OLIVEIRA, V. A. R. Gestão social de políticas públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2011.

PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, Antônio Severino dos. **O pescador e a pescadora artesanal na Previdência Social**. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores do Nordeste – CPPN, 2009.

SANTOS, Mário. A entrevista em investigação qualitativa. **Webfolio de investigação educacional**. Tomar/Portugal, 2008. Disponível em:<<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/entrevista-em-investigao-qualitativa.html>>. Acesso em 08 jul. 2014.

SINGER, P. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA FILHO, José Brandt. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF**. Disponível em:<<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In GUIMARÃES, Gonçalo (Org.) **Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.

Endereço para correspondência:

Vitoria Maria Serafim – vitoriamaria33@gmail.com
Estrada Odovaldo Novo, s/n - Aninga
69.151-000 Parintins/AM, Brasil